



**Requerimento nº 62/2007
(Do Sr. Luiz Couto)**

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de missão da Comissão Direitos Humanos e Minorias ao Estado de Tocantins para avaliar *in loco* e ouvir setores envolvidos a respeito dos impactos para os direitos humanos da construção da barragem da hidrelétrica de Estreito.

de Estreito.

Justificativa

Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias recebeu do Movimento Indígena do Estado do Tocantins, com respaldo de outras lideranças indígenas, pedido de visita urgente a Palmas e Estreito para avaliar os impactos para os direitos humanos das referidas obras nos Estados do Tocantins e Maranhão, e interceder para evitar ou minimizar tais impactos.

O movimento antevê conseqüências sócio culturais, ambientais e econômicas que ameaçariam a integridade dos povos indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores. Alega que, a despeito dos alertas dos povos atingidos e das entidades que os apoiam, inexistente diálogo e as possíveis vítimas dos impactos não foram ouvidas. Em razão do conflito entre as empresas responsáveis pelo projeto e os povos que serão atingidos, a rodovia Belém-Brasília foi bloqueada no Dia do Índio – 19/04 – para chamar a atenção do governo. Novas ações poderão ser realizadas por indígenas e ribeirinhos caso não sejam ouvidos.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, bem como a de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal, estão sendo instadas pelo movimento social e indígena a intermediar o diálogo necessário nesse conflito que tem potencial de se acirrar.

A missão que ora se propõe incluiria a visita a Estreito, na fronteira entre Tocantins e Maranhão, onde se localizam as obras da hidrelétrica no Rio Tocantins. Em Palmas, a CDHM realizaria audiência pública com representação dos povos indígenas, outros moradores da região a ser atingida, autoridades locais e autoridades federais na região, além de representantes das empresas responsáveis pelo investimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



A missão também deverá fazer escala em Xambioá-TO, onde deverão ser entregues às autoridades locais, cinco partes de ossadas hoje em poder da CDHM; que tinham sido trazidas para perícia em Brasília para verificar se eram de militantes políticos do Araguaia. Realizados os exames e extraídas amostras de DNA, as ossadas agora deverão ser reinumadas no cemitério daquela cidade.

Para realizar essa missão, a Comissão solicitará ao Ministério da Defesa um voo de aeronave de pequeno porte da FAB.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2007

Deputado Luiz Couto-PT/PB